

A juventude com a bola da mudança na eleição

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

É o futuro que nos acena com esperança quando a juventude responde ao chamado de se habilitar ao voto. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin, anunciou que o prazo de regularização dos títulos de eleitor para o pleito deste ano chegou ao fim com incremento de 2,042 milhões de adolescentes de 16 a 18 anos aptos a votar. A mobilização intensa — do TSE aos famosos locais e estrangeiros, passando por coletivos de juventude e brasileiros comuns, todos preocupados com o destino de uma democracia sob permanente ataque — impactou brasileiras e brasileiros menores de idade, que disseram “sim” à participação política, mesmo desobrigados de ir às urnas.

— A juventude brasileira foi convocada a participar das eleições em outubro, e a resposta foi impressionante — festejou Fachin. Nesta semana, o ministro já tinha proferido no Supremo Tribunal Federal (STF) discurso contundente contra a atmosfera golpista que emana do Planalto: — O respeito entre as instituições e a harmonia entre os Poderes dependem hoje não só da abertura para o diálogo, mas também de uma posição firme: não transigir com as ameaças à democracia; não aquiescer com informações falsas e levianas; não permitir que se corroa a autoridade do Poder Judiciário. O engajamento da juventude do Brasil ao processo eleitoral é bem-vindo e necessário. Lembrou muito a corrida à Casa Branca, em 2020, quando a participação de eleitores jovens, negros e latinos bateu recorde e foi essencial para eleger a chapa democrata, de Joe Biden e Kamala Harris. Lá, chamou a atenção a atuação da advogada negra Stacey Abrams. Em 2018, ela perdeu a eleição para o governo da Georgia por margem pequena de votos, após 53 mil eleitores, 70% afro-americanos, terem o registro suspenso por uma norma feita sob medida para excluí-los. Os nomes nas listas de votação tinham de estar exatamente iguais às identidades estaduais, sem um acento ou hífen fora do lugar. Após a derrota, Abrams fundou a organização Fair Fight (Luta Justa, em tradução livre) para denunciar falhas no sistema eleitoral e atrair jovens e minorias étnicas para votar. Dois anos atrás, às vésperas do pleito que livrou os EUA da reeleição de Donald Trump, o movimento conseguiu registrar 800 mil novos eleitores na Georgia, dos quais 45% negros e igual parcela de jovens com menos de 30 anos. O estado deu maioria aos democratas pela primeira vez desde 1992, quando Bill Clinton se elegeu presidente. Num Brasil em que, a cada eleição, cresce o total de abstenções, votos nulos e brancos, o engajamento do eleitorado jovem é auspicioso. A faixa etária está mergulhada em problemas e carece de políticas públicas. Pesquisa da FGV Social sobre percepções da juventude mostrou que o índice de felicidade dos jovens despencou de 7,3 (de zero a dez) em 2013 para 6,4 em 2020. Foi o mais baixo nível de satisfação com a vida já registrado no grupo. Ao todo, 59% se declaravam preocupados, outro recorde; e 32% com raiva. A satisfação com o sistema educacional, que atingira 56% em 2018, caiu para 41% no primeiro ano da pandemia. “Dos jovens brasileiros, 30% não acreditam que podem subir na vida com trabalho. Foi o pior resultado entre países latino-americanos. No Peru, a proporção era de 3%”, informou o economista Marcelo Neri, da FGV Social. Na convocação geral à juventude para as eleições 2022, houve muita ênfase na escolha do próximo presidente. Mas é preciso lembrar a moças e rapazes que o Brasil escolherá também governadores, um terço do Senado Federal (27 nomes, um por unidade da Federação), deputados federais, estaduais e distritais. São todas funções essenciais à elaboração e à aplicação de leis e políticas públicas. Quatro anos atrás, além de Jair Bolsonaro, presidente, e Hamilton Mourão, vice, o Brasil escolheu para a Câmara dos Deputados, entre 513 parlamentares, 77 mulheres e 125 pretos e pardos. Quase um terço da casa do povo tinha entre 51 e 60 anos. Somente em 2018 o Brasil elegeu a primeira deputada federal indígena, Joenia Wapichana (Rede-RR). Antes dela, só o cacique xavante Mário Juruna (PDT-RJ), em 1982. Os brasileiros de 15 a 29 anos beiram um quarto da população. Têm capacidade de contribuir para aumentar a representatividade de gênero, raça e idade

nos espaços de poder. Não por acaso, a Uneafro, organização do movimento negro, anunciou instalação de 25 comitês Brasil afora para debater participação política e agenda antirracista nas eleições 2022. Coalizão Negra por Direitos e PerifaConnection, entre outras entidades, lançaram campanha pelos dez anos da Lei de Cotas, marco reparatório que viabilizou a entrada na universidade pública de milhares de jovens negros e de baixa renda. O coletivo Engajamundo ocupou ruas de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém e Fortaleza com ações para incentivar o eleitorado jovem a tirar o título de eleitor. — Somos 50 milhões de jovens no Brasil. Temos o poder de mudar o resultado das eleições. Para isso, é preciso trazer os jovens para participar ativamente da construção de um país que tenha nossa cara, idade e linguagem — disse Larissa Pinto Moraes, diretora executiva. A mudança está com eles. Por Flávia Oliveira